

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- UFPR  
PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

LETÍCIA CRISTINA PIRES

HOMOSSEXUALIDADE E POLÍTICA: IDENTIDADE, MOVIMENTO  
HOMOSSEXUAL BRASILEIRO E PARTIDOS POLÍTICOS

CURITIBA  
2012

LETÍCIA CRISTINA PIRES

HOMOSSEXUALIDADE E POLÍTICA: IDENTIDADE, MOVIMENTO  
HOMOSSEXUAL E PARTIDOS POLÍTICOS

Monografia apresentada como  
requisito à obtenção de título de  
Especialista em Sociologia Política.  
Departamento de Sociologia  
Política, Setor de Ciências Sociais,  
Letras e Artes da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Paulo  
Roberto Neves Costa

CURITIBA  
2012

**RESUMO:**

O presente trabalho constitui-se num estudo bibliográfico sobre as relações entre homossexualidade e política, a partir da análise do processo de construção da identidade numa perspectiva social de ativação política. Nesse sentido, buscou-se analisar e levantar questionamentos e reflexões sobre o movimento homossexual e sua história, tendo como base as teorias sociológicas de sexualidade e gênero, juntamente com uma análise das políticas públicas e a posição dos partidos políticos ditos de esquerda em relação as demandas sociais dos grupos GLBT.

**Palavras-chave:** Homossexualidade; Política; Movimento Homossexual.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo I: Homossexualidade e o processo de construção da identidade numa perspectiva social de ativação política</b>	
1.1- Breve histórico do Movimento Homossexual Brasileiro: Identidade Coletiva e politização.....	7
<b>Capítulo II: Participação Política e experiência homossexual</b>	
2.1- O movimento LGBTT e a esquerda: demandas sociais e políticas públicas.....	18
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>25</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>26</b>

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais nosso país tem se reportado a discussões sobre a temática da homossexualidade, principalmente após a tramitação do projeto de Lei nº 1.151 sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, que está desde 1995 estagnado no congresso nacional. Isto demonstra que essa discussão não é tão tranquila de ser realizada, mesmo em um país cujo senso comum é a ideia de “democracia sexual” em relação às normas sexuais. (OLTRAMARI, 2010)

Nos últimos anos, as questões relativas a união estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo tem sido objeto de discussão na maioria dos estados brasileiros, perpassando a cada eleição pela agenda de alguns partidos políticos e em outros casos percebe-se posições explicitamente contra o avanço na conquista dos direitos civis homossexuais.

O presente trabalho tem por objetivo compreender algumas dimensões dos temas mais recorrentes no âmbito dos direitos homossexuais, das discussões e dos processos de mobilização e participação política. Conhecer o processo de construção das identidades coletivas abriu as portas para compreender a motivação na luta constante de pessoas, grupos e movimentos sociais que através de “novas formas de fazer política” exigem do Estado e das instituições sociais urgência no enfrentamento e superação dessas questões que revelam diversas injustiças históricas sofridas por esse segmento. Para dar conta dos questionamentos no decorrer do trabalho, a divisão aconteceu em dois capítulos.

No primeiro capítulo foi analisado o processo de construção da identidade de grupos homossexuais, no sentido de conhecer as primeiras manifestações no campo dos movimentos sociais que geraram um movimento de ativação política. Numa análise histórica foram analisadas também as diversas formas de participação política dos homossexuais nas últimas décadas, que abrem um leque de possibilidades e manifestações, inclusive entre os âmbitos públicos e privados. Portanto, indícios de politização em torno da temática GLBT que contribuíram para emergência de demandas sociais e políticas atuais.

No segundo capítulo foi abordada as relações sobre o tema específico homossexualidade e política, ou seja, a maneira como refletiu as lutas sociais de

grupos homossexuais no âmbito político e sua interação com partidos políticos e os ganhos sociais. Desde leis e projetos políticos até políticas públicas que vem sendo discutidas e realizadas nos últimos anos. Esse capítulo busca compreender as relações entre público, demandas sociais e a posição dos partidos políticos frente aos direitos homossexuais. Por fim, foram analisados partidos políticos e programas partidários em relação ao posicionamento sobre o tema dos direitos homossexuais bem como os movimentos GLBT e as políticas sociais que foram implementadas nos últimos anos.

## **Capítulo I: Homossexualidades e o processo de construção da identidade numa perspectiva social de ativação política**

### **1.1- Breve histórico do movimento homossexual brasileiro: Identidade Coletiva e politização**

“O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa Brasil sem Homofobia”, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais.”

*(CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.)*

A homossexualidade, nos últimos anos, tem sido tema recorrente nas esferas institucionais, midiáticas e sociais. Percebe-se uma complexa discussão de grupos sociais, governo e sociedade civil sobre os direitos humanos e promoção da cidadania homossexual. As discussões sobre preconceito e discriminação, caracterizada como homofobia, vem ganhando relativo espaço nos discursos partidários e políticos.

Nesse sentido, tem crescido no Brasil o campo de estudos sobre temáticas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBTT). Um campo amplo, heterogêneo e, por vezes contraditório, que tenta dar conta de fenômenos complexos e que trata de um segmento social que historicamente foi privado plenamente de sua cidadania (GÓIS, 2003 *apud* MACHADO, 2008).

Chauí (2007, citado por MACHADO, 2008), afirma que o caráter autoritário e violento da sociedade brasileira apresenta especificidades culturais que dificultam a identificação de certas desigualdades sociais, e que produzem valores perversos como o mito da democracia racial, e o mito de que vivemos em uma sociedade tolerante com as múltiplas formas de expressão da sexualidade. Pesquisas mostram que, ao contrario, o Brasil é um dos países com o maior índice de crimes de ódio contra homossexuais (Mott, 2000;2002 *apud* MACHADO), o que tem levado movimentos sociais a exigirem do Estado e das instituições sociais urgências no

enfrentamento e superação dessas questões que revelam diversas injustiças históricas sofridas por esse segmento.(Machado,2007).

Se as últimas décadas tem demonstrado um crescimento da produção literária e acadêmica sobre o tema homossexualidade, para Machado, esse crescimento vem acompanhado de dificuldades e muitas lacunas que necessitam serem preenchidas. É necessário fugir de abordagens reducionistas que minimizam os movimentos sociais contemporâneos, e tentar reconhecer as contingências e as estratégias de enfrentamento que se estruturam neste cenário político e, buscando compreender a diversidade de atores que estes movimentos dialogam, bem como as contradições e conflitos que daí deriva (MACHADO,2008)

Nas ultimas décadas, segundo Mouffe(1999), ocorreram grandes transformações no mundo como a queda de regimes totalitários, o desaparecimento da oposição democracia/totalitarismo, a expansão dos meios de comunicação , a crescente globalização e dentro deste quadro histórico observou-se também mudanças nas formas de se fazer política, de se comportar coletivamente, propiciando “um vasto processo de redefinição das identidades coletivas e o estabelecimento de novas fronteiras políticas”, o que indicava novas formas de participar coletivamente no mundo público.(Machado, 2007).

Além disso, deve se atentar para a maneira de compreender e analisar a participação política nos movimentos sociais. Nesse sentido, Costa e Machado ressaltam três questões essenciais para a compreensão da participação política nos movimentos sociais na atualidade:

[...] entendemos o sujeito coletivo como fragmentado, descentrado e contingente; pensamos o espaço político através de uma noção que não restrinja as atuações políticas ao âmbito institucional, mas pelo contrario, que compreenda também espaços construídos nas relações de cotidianidade; consideramos fundamental para a compreensão do processo de mobilização dos movimentos sociais e para a politização de identidade subalternizadas, como a homossexualidade, a constituição de identidade política”(COSTA; MACHADO; PRADO, 2008, p.325)

A partir das ideias de Frederico Viana Machado, compreende-se a constituição da identidade coletiva como um processo de construção social que se dá através das práticas sociais, do sentimento de justiça social e da percepção da cidadania 'individual e coletiva, ou seja: as formas de participação política menos institucionalizadas e que buscam a formação de identidades coletivas se interessam, entre outras coisas, por romper a invisibilidade social e abrir o debate público em torno de demandas sociais específicas. (MACHADO, 2007).

Nesse sentido, ao analisar a questão da formação da identidade coletiva dos homossexuais como movimento social, Machado demonstra a importância do comportamento político desenvolvida em âmbitos privados ou públicos para visibilidade dos grupos marginalizados. Isso significa que a sociedade contemporânea tem demonstrado novas e renovadas formas de agir politicamente, da qual emergem grupos marginalizados apontando para um redimensionamento entre as esferas públicas e privadas. Portanto, se faz necessário uma reflexão sobre o que é participação política na sociedade contemporânea.

Autores como Melucci (1996), Prado (2002), Mouffe (1988), Santos (2003) e outros, sinalizam uma redefinição de concepções de cidadania e participação política, e entendem que qualquer compreensão dos fenômenos sociais necessita partir não somente da análise das condições estruturais, mas também das dinâmicas de constituição dos atores sociais, ou seja, das identidades coletivas ocupando o cenário público das sociedades contemporâneas. (MACHADO, 2007)

Portanto, ao analisar os movimentos sociais GLBTT, deve-se levar em consideração as formas contemporâneas de agir politicamente, sejam elas coletivas ou individuais, em espaços privados ou públicos, institucionalizados ou não. Nesse sentido, as primeiras manifestações sobre os direitos homossexuais se enquadram num contexto social e político pelo qual o Brasil passava na segunda metade do século XX de luta pela democracia, direitos humanos e igualdade social. Nas palavras de James N Green:

[...]No final dos anos de 1970, no Brasil, quando a oposição ao regime militar estava se fortalecendo, uma organização de esquerda testava os limites da liberalização política reivindicando a formação de um partido político dos

trabalhadores com bases socialistas. Em encontro nacional para aprovar o programa do partido, um participante sugeriu que os direitos homossexuais fossem incluídos na lista das reivindicações democráticas, no manifesto da nova organização. Um nascente movimento feminista, bem como os grupos de consciência negra, puseram os assuntos de sexismo e racismo em pauta e a esquerda brasileira titubeava em responder à discriminação social que não se baseava apenas em questões de classe. A presidência da assembléia, rapidamente, concordou com a sugestão mas, no programa final, lia-se apenas: Nós somos contra a discriminação das mulheres, negros, índios, etc. ( GREEN, 2003, p.17)

A análise de Green demonstra a dificuldade dos próprios partidos políticos de esquerda que se dizem preocupados com os direitos homossexuais, em inserir em suas agendas temas voltados para o público LGBTT. Outro assunto fez insurgir em diversos âmbitos políticos e acadêmicos a questão da homossexualidade foi a violência e a homofobia. De fato, esses temas foram estruturantes para a constituição de outras matrizes de identidades coletivas no Brasil, como demonstra Silvia Ramos e Sergio Carrara:

[...]O movimento de mulheres no final dos anos 1970, que elegeu “quem ama não mata” como uma de suas bandeiras e definiu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher como uma de suas primeiras demandas. Processo semelhante ocorreu com o movimento negro, que estabeleceu o racismo e sua criminalização como a principal trincheira de luta nos anos 1980 e 1990. Nos três casos, as “violências específicas” – violência de gênero, racismo e homofobia- aparecem como ancoras a partir das quais outras reivindicações se estruturam e, sobretudo, se legitimam. ( RAMOS; CARRARA, 2010, p.2)

Como se percebe, o caráter homofóbico e heterossexista da sociedade brasileira remonta a história social desde a conquista da América, na qual setores da Igreja especialmente a Santa inquisição, incluíram a sodomia entre as transgressões que deviam ser punidas com morte em fogueiras públicas. Nas palavras de Green:

[...]Na conquista da América a Igreja impôs a proibição a sodomia para as culturas indígenas, ao mesmo tempo que controlava o comportamento sexual dos colonizadores hispânicos e portugueses. Nos anos que se seguiram à independência latino--americana da Espanha e de Portugal, vários novos Estados reescreveram seus códigos criminais, eliminando a sodomia da lista das proibições legais. Essa nova legislação foi influenciada o Código Penal Francês de 1791, o Código Napoleônico de 1810 e o Código Napolitano de 1819 descriminalizaram as relações sexuais consentidas entre adultos. Embora em muitos países da América Latina a sodomia não fosse mais considerada crime, estigmas sociais profundamente enraizados ainda permanecem. (GREEN, 2003, p.8).

Nesse sentido, a França foi o primeiro Estado Nacional a descriminalizar a homossexualidade. Essa iniciativa foi solicitada por grupos organizados de “cidadãos sodomitas” que forçaram o corpo administrativo da Revolução Francesa a reconhecer seus direitos a igualdade e liberdade. Importante assinalar que esta conquista pode ter sido facilitada pelo “homossexual Jean Jacques de Régis Cambacérès, um dos autores do código napoleônico”. Foi mais ou menos nesse período, começou a ser “inventada” a distinção entre heterossexuais e homossexuais (Katz, 1996), que traz consigo algumas ambiguidades. Se por um lado esta cisão provocou uma essencialização do homossexual, naturalizando sua condição “inferior”, em relação às identidades sexuadas, por outro, foi possível a descriminalização da homossexualidade ao retirar o caráter de crime ou pecado que deveria ser punido, atribuindo o caráter de doença que deveria ser tratada. A heterossexualidade passou a ser identificada com padrões de normalidade que caracterizaram a sexualidade das novas elites burguesas (Costa, 1995; 1995b; 2002 citado em MACHADO, 2077. p.48).

Nas primeiras décadas do século XX, as relações homoafetivas mais do que uma questão moral, foram caracterizadas como um desvio que necessitava de atenção de profissionais para trata-la como doença. O Brasil passou por mudanças dramáticas nos anos 50 e 60. Milhões de camponeses e trabalhadores migraram em massa para as grandes metrópoles, a produção industrial expandiu-se, oferecendo empregos e novos produtos para o mercado doméstico. Cidades como Recife,

Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo eram ímãs atraindo homossexuais do interior que buscavam o anonimato das grandes cidades, longe do controle familiar. Eles se juntaram com os nativos das cidades grandes para formar subculturas homossexuais urbanas. Naquela época, a construção tradicional de gêneros relacionada à homossexualidade era (e em grande parte ainda é) hierárquica e baseada em papéis sexuais.(GREEN, 2000,p.08) .

Cabe ressaltar que a noção de gênero e a abordagem conceitual sobre homossexualidade é entendida aqui a partir das ideias e posicionamentos de Joan Scott e Michael Foucault, que compreendem a sexualidade como uma produção histórica e socialmente construída, representada por papéis sociais e perpassada por esquemas de classificação fundados na oposição e hierarquização entre masculino/feminino, a partir da oposição ativo/passivo, o que estabelece uma ligação entre sexualidade e dominação trazendo consigo a heterossexualidade como norma. Assim, a partir da subversão da ordem operada por uma relação homoafetiva, os homossexuais são inviabilizados e estigmatizados socialmente. No caso das mulheres homossexuais, perpassa um estigma de subversão da ordem de passiva (em relação ao homem) e no caso dos homens homossexuais, uma posição de inferior de subordinação e de identificação com o feminino( ANJOS, 2000,p.03)

Nas décadas seguintes, os conceitos foram revistos e então:

[...]Em dezembro de 1973, a Associação Psiquiátrica Americana propôs e aprovou a retirada da homossexualidade da lista de transtornos mentais. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina do Brasil retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual. Na década de 1990, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, também retirou a homossexualidade da condição de distúrbio mental. Em 1993, a Organização Mundial da Saúde retirou o termo “homossexualismo” (que significa doença) e passou a adotar o termo homossexualidade(que designa modo de ser). Já em 1995, o termo deixou de constar nos diagnósticos da Classificação Internacional das Doenças.( TAVARES et al, p.02)

Essas mudanças estiveram atreladas aos movimentos e reivindicações individualizados e coletivos dos grupos que defendiam e lutavam pelos direitos

homossexuais. As expressões mais significativas surgiram no final da década de 1970, período em que o Brasil sentia os últimos suspiros de mais de uma década de ditadura militar. Nesse contexto, diversos grupos e setores da sociedade exigiam o fim da opressão e da exploração, dando espaço para que ativistas gays começassem a se articular até a formação dos primeiros grupos e jornais que buscavam a discussão e a visibilidade dos homossexuais.

Facchini(2005) propõe uma periodização do movimento homossexual, considerando uma “primeira onda” demarcada pelo surgimento do Grupo Somos e do jornal O Lampião da Esquina (1978), e uma “segunda onda”, associada ao surgimento dos grupos Triângulo Rosa( Rio de Janeiro), Grupo Gay da Bahia (Salvador) e também do Atobá (Rio de Janeiro), nos anos 80. Identifica uma “crise” nos primeiros anos da epidemia de Aids e um “reflorescimento” do ativismo nos anos 1990. (FACCHINI, 2005, p.87-184).

Na década de 1980, a visibilidade homossexual ressurgiu com a questão da AIDS. Isso provocou, além de um aumento da visibilidade da comunidade gay e lésbica, recursos estruturais para a manutenção dos movimentos. Isso se tornou realmente positivo quando a AIDS deixou de ser a “peste gay”, ficando claro que qualquer um era suscetível à contaminação. Todavia, os contra-movimentos conservadores que utilizaram a epidemia para contaminar com o preconceito a homossexualidade, e fraturas no interior dos movimentos, contribuíram para que a pauta das discussões fosse deslocada dos ideais de liberalização sexual por ideais de não-discriminação (MACHADO,2008, p 58).

Após o conturbado período da ditadura militar, que para alguns autores coibiu a evolução do movimento homossexual e para outros, contribuíram para gerar um posicionamento anti-autoritário e de resistência no movimento homossexual, percebe-se a proliferação de espaços frequentados por homossexuais possibilitando maior visibilidade e conseqüentemente um abrindo espaços de socialização.

Para Machado, o fortalecimento de outros movimentos organizados desta época foi significativo para os movimentos homossexuais desse período:

[...] tais como o Movimento Feminista e o Movimento Negro. As feministas, que em muito influenciaram os movimentos homossexuais desse período, foram as principais responsáveis por críticas

contundentes à militância dos movimentos de esquerda, defendendo a importância de valores que até então eram desprezados pelos grupos de inspiração marxista-leninista que privilegiavam exclusivamente a luta de classes e tomavam como “burguesas” quaisquer outras formas de reivindicações. Esta crítica foi recolocada por diversos movimentos sociais no mundo todo, com vistas a incluir nas agendas políticas demandas de mulheres, negros, homossexuais e minorias étnicas. De certo, podemos identificar que as tensões entre temáticas políticas específicas e gerais persistem até hoje no interior dos grupos militantes, dos partidos políticos, das ONG's etc.(MACHADO, 2007,p.61)

No decorrer da década de 1990, a centralização das discussões reunindo diversos países aconteceu:

[...] Em junho de 1995, mais de 300 delegados representando grupos homossexuais da Ásia, Europa, das Américas e do Caribe, encontraram-se no Rio de Janeiro para participar da 17ª Conferência Anual da International Lesbian and Gay Association (ILGA). Na cerimônia de abertura, a deputada federal Marta Suplicy (PT) lançou a campanha nacional pela parceria civil e por uma emenda constitucional proibindo a discriminação com base na orientação sexual.(GREEN, 2003, p.06)

A onda que sucedeu nos anos 1990 remete as iniciativas militantes em torno da homossexualidade – tanto de combate à Aids como de extensão da agenda de direitos civis – multiplicaram-se e expandiram-se por todo o país, com formatos institucionais distintos e conexões internacionais renovadas. Outra novidade foram as “paradas”, estratégias de ativismo que privilegiaram a visibilidade de massa. Grandes manifestações de celebração da variedade de orientações e estilos abrigados sob o amplo guarda-chuva da homossexualidade ocorrem, hoje em dia, em várias cidades brasileiras, numa mistura inédita de festa e política que agrega multidões: na cidade de São Paulo, já reuniram mais de um milhão de participantes, algo que decerto ultrapassaria a expectativa mais otimista do mais entusiasta militante daquele passado não tão longínquo. (FACHINNI,2005 citado por MACHADO, 2007, p 194)

As Paradas GLBT estão presentes em muitos países e constituem um dos eventos políticos de maior destaque na atualidade. Estes eventos, realizados a partir da mobilização do que se convencionou chamar de movimento GLBT, têm capturado a atenção da sociedade brasileira tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que nos obrigam repensar o campo político e a ampliação dos direitos sociais. As Paradas, como eventos estratégicos da visibilidade GLBT, interpelam os mecanismos sociais e institucionais de inferiorização social e discriminação sofrida pela população homossexual na sociedade brasileira, transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a sociedade civil. Nesse sentido, a Parada GLBT tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, como instrumento de participação social e política de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros na sociedade contemporânea, através da visibilidade que conquistou no espaço público e das questões que através dela emergem como tematizações da própria sociedade brasileira. (MACHADO, 2008, p 195).

Em relação as paradas gays que ocorrem todos os anos no Brasil, percebe-se o questionamento quanto da sua legitimidade enquanto movimento político. Nas palavras de Frederico Viana Machado:

[...]O teor político das Paradas GLBT é muitas vezes questionado por fugirem dos moldes tradicionais de ação política, apresentando um caráter festivo de protesto, sendo associada a algo próximo de um “carnaval”, uma festa ou evento meramente cultural. Esta crítica é reforçada pela rápida desmobilização de seus participantes, que põe em dúvida a conscientização política que se abriga nestes eventos: *pontualmente*, se reúnem milhares de pessoas para festejarem e expressarem sua sexualidade; *cotidianamente*, salvo pela atuação dos grupos militantes, a arena pública prossegue esvaziada e invisibilizando a comunidade GLBT. Outro ponto que desafia as teorias políticas e pode se configurar numa crítica, é o viés mercadológico das Paradas GLBT, que por esta razão, foram rapidamente absorvidas pela cultura capitalista, deixando de questionar os valores morais vigentes.(MACHADO, 2008, p.195)

Para Facchini as paradas GLBT nos fornecem:

(...) um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da 'sociedade civil', diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da 'homossexualidade', a 'emancipação' ou a obtenção de 'cidadania plena' para 'os(as) homossexuais' ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento. Utilizo a ideia de rede de relações porque não há uma organização formal que reúna e oriente a atuação de todos os grupos, ONG's, associações e ativistas independentes que se reconhecem ou são reconhecidos como parte do MHB e porque, apesar da instabilidade dos grupos e da saída ou morte de vários militantes, esse movimento se manteve e atravessou a marca de vinte anos de existência" (FACCHINI,2005, p.25)

Portanto, os diversos atores coletivos estariam então, cada qual lutando por seus interesses e contra a situação de opressão na qual se encontram e competindo por novas formas de significação do real, num constante e complexo campo de negociações e re-negociações, que se estabelecem a partir de relações de antagonismo e reciprocidade. Debates públicos são provocados pelos movimentos sociais por meio de ações coletivas que representam, em última instância, um ponto isolado em uma rede de relações muito mais ampla. Nesse sentido, quando tomamos a Parada como objeto de reflexão, o fazemos investigando a identidade coletiva formada entre os grupos organizadores que tentam fazer da Parada GLBT um instrumento político de interpelação da política institucional, e um motor de transformação cultural. Nesse movimento buscam o fortalecimento das posições contra-hegemônicas dentro de uma complexa teia processual de relações simbólicas e materiais (MACHADO,2008).

Em relação as terminologias e siglas para o movimento homossexual, Silvia Ramos e Sergio Carrara observam que os nomes de encontros nacionais de entidades homossexuais ao longo dos anos 80 e 90 expressam a diversidade de siglas, multiplicadas para acomodar as diferentes expressões identitárias produzidas

através de um processo contínuo de segmentação. Desse modo, o que chamamos de movimento homossexual, ou o antigo movimento homossexual brasileiro, é agora movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (RAMOS e CARRARA, 2006, p 02).

## Capítulo II: Participação Política e experiência homossexual

### 2.1- O movimento LGBTT e a esquerda: demandas sociais e políticas públicas

“Em 05/05/2011, em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer a união estável entre homossexuais. Embora isso não seja um grande avanço, esses direitos ainda não estão garantidos por lei própria, devendo ser buscados por ações judiciais pelos interessados. No Congresso, embora seja difícil pela presença ameaçadora das forças conservadoras e reacionárias ligadas, principalmente, ao fundamentalismo religioso, mais de cem deputados e deputadas de quase todos os partidos já assinaram a proposta de emenda constitucional que estou impulsionando junto com a deputada Érika Kokay, do PT. Também recebemos o apoio da Diversidade Tucana e de diversos líderes de outros partidos. Por isso, venho aqui renovar meu compromisso com essa causa e dizer a vocês que estamos muito mais perto de conseguir”.

*(Jean Wyllys – Deputado Federal PSOL-RJ)*

Com a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e às diferenças sexuais, mais especificamente, aos comportamentos sexuais não-heterossexualmente orientados. Embora longe de termos respostas satisfatórias aos dilemas postos pelas hierarquias sociais contemporâneas, consideradas hoje como relações de igualdade e diferença no contexto de multiculturalismo transnacional, percebemos transformações nos discursos científicos, legislações nacionais e práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania de homossexuais e outras minorias. (MACHADO, 2008, p 42).

O conceito de movimento social aqui é entendido como uma ampla rede de significados atrelados a demandas por reconhecimento ou contra pressões simbólicas. Assim, tanto as paradas GLBT quanto manifestações para além do plano econômico, fazem parte desse conjunto de discursos que tomam como base a valorização dos direitos democráticos, a liberdade e respeito a diversidade, e que portanto, também podem e devem ser considerados maneiras de politização, ou seja, deve-se evitar reduzir o campo político a seus aspectos institucionais. Vale salientar que o que chamamos de movimento homossexual é, hoje, um sujeito político bastante complexo, formado por múltiplas categorias identitárias, nem sempre movidas pelos mesmos discursos. Sem a consideração dessa problemática,

torna-se difícil compreender muitas das posições internas ao movimento no que diz respeito ao mercado segmentado ou mesmo à relação com outros atores sociais que integram o seu campo de ação.(FRANÇA,2006)

Nesse sentido, esses novos eixos de radicalização dos princípios de igualdade e liberdade só foram conquistados através da militância que se organizou em torno das demandas deste segmento e que aos poucos foi politizando novos espaços da vida social e produzindo antagonismos sociais anteriormente impensáveis.(MACHADO,2008, p 42).

Os movimentos sociais que surgem após a abertura política na América Latina desenvolveram culturas políticas pluralistas que transcendem a política institucional, e as concepções de cidadania e democracia formais garantidas através das instituições sociais. Para estes novos atores sociais o político é mais que um conjunto de procedimentos, vai além dos espaços privados, sociais, econômicos e culturais, e a cidadania é algo dinâmico, em constante movimento entre sujeitos, atores e instituições sociais (Álvares, Dagnino & Escobar, 1998 citado em MACHADO, 2007,p.44).

No Brasil, os estudos sobre movimentos sociais demoraram a perceber na homossexualidade um espaço de antagonismo social e produção de identidades. Nas palavras de James N Green:

[...]Se compararmos o caso brasileiro com o estadunidense, podemos levantar algumas hipóteses que justificam esta característica. No Brasil, ao contrário dos EUA, a homossexualidade nunca foi proibida institucionalmente, apesar de radicalmente discriminada, principalmente durante a ditadura (Green, 2003). Isto mantém a luta contra o preconceito e a discriminação sem um inimigo claro, relegando ao plano privado e à cultura toda a hierarquização em função das posições sexuais, além de associar esta luta a outras lutas, tais como a luta contra a ditadura e a desigualdade social (Marsiaj, 2003). Talvez por essa razão, a maior parte dos estudos sobre movimentos organizados surge da antropologia, tal como os estudos de Fry (1982), MacRae (1990) e muitos outros. No difuso contexto brasileiro, os movimentos negro, homossexual e feminista tiveram que construir seus adversários, em função da invisibilidade e

fragmentação do preconceito em nossa cultura. (GREEN, 2003 *apud* MACHADO, 2008)

A dificuldade de se perceber o político contido nos movimentos homossexuais está relacionada à forte influência marxista na intelectualidade brasileira, que tende a considerar burguesas, ou não-políticas, todas as demandas que escapem às do proletariado e a luta de classes.(MacRae citado por Machado, 2007,p 59).

Como já mencionado, o debate contemporâneo dos direitos sexuais e políticos estão relacionados as novas formas de se fazer política da atualidade. Por isso as paradas GLBT tem ganhado espaço nos debates políticos por expressarem e chamarem a atenção da sociedade tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que tem colocado na pauta das discussões políticas de vários Estados Modernos temas como: o reconhecimento das parcerias entre casais do mesmo sexo; a criação de políticas públicas próprias para o atendimento da população homossexual; a criação de leis que punam crimes de ódio; constituição de mecanismos políticos e sociais para uma maior visibilidade homossexual (MACHADO, 2008, p. 196)

Nesse sentido, as diversas manifestações homossexuais tem demonstrado importante relevância e influencia sob o campo político. Partidos políticos tem tomado posições e diversas reivindicações em relação aos direitos homossexuais. Somados a luta pela visibilidade, a busca pelos direitos tem pressionado as entidades políticas a pelo menos tentarem responder os questionamentos colocados pela sociedade, possibilitando abertura para a igualdade de direitos aos homossexuais.

Ocorreram mudanças drásticas na América Latina, nas duas últimas décadas. Os movimentos políticos dos gays, lésbicas e transgêneros emergiram em todos os países do continente. Um movimento social que, na época, inspirava-se no massivo movimento dos gays e lésbicas nos Estados Unidos, empreendeu debates políticos nacionais sobre sexualidade, discriminação e os significados da plena participação democrática de todos os setores no processo político. Alguns ativistas de esquerda ainda afirmavam que a homossexualidade é produto do comportamento decadente da burguesia, que desapareceria com o socialismo. Mas agora as suas posições estão postas em cheque. A conjuntura mudou e importantes líderes de partidos políticos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil estão

dirigindo batalhas parlamentares para impor sanções legais contra a discriminação baseada na orientação sexual e para estender benefícios de serviço social e de proteção legal para parcerias domésticas entre pessoas do mesmo sexo.(GREEN, 2003, p. 18)

Em uma análise atual percebe-se que partidos políticos como PT, PSTU, PSOL demonstram de diversas maneiras algum tipo de preocupação sobre as demandas pelos direitos homossexuais em seus programas partidários. Um exemplo é um de seus textos intitulado “PSTU E HOMOSSEXUALIDADE” encontrado em seu site que relata:

“Primeiramente seria necessário afirmar que este texto foi produzido, essencialmente, com a intenção de abrirmos uma discussão entre os militantes simpatizantes do Partido Socialista do Trabalhadores-Unificado, o PSTU. Ou seja, este não é um texto acabado, nem uma versão final de um programa para a “questão” homossexual no Brasil. Estamos longe disso e acreditamos que este “esboço” seja apenas um primeiro passo no sentido de superar as enormes dificuldades com as quais nos deparamos. Com ele queremos abrir uma discussão ampla, franca e profunda não só com aqueles que se identificam com o PSTU, mas também com o conjunto da sociedade e, principalmente, com um número cada vez maior de gays e lésbicas que, compreendendo que a única forma de conquistar nossos direitos é a organização e a luta, têm se dedicado de forma constante à essa batalha.”

Num primeiro momento, fica clara a preocupação e reconhecimento pelo partido da dificuldade em tratar o tema “homossexualidade”. É visível as dificuldades existentes em torno da discussão sobre a homossexualidade tanto nesse texto, quanto em outras manifestações que demonstram inclusive a contradição entre os próprios partidos políticos ditos de esquerda, e a dificuldade de analisar estas questões, seja entre os próprios militantes dos partidos, ou entre diversos segmentos da sociedade. Isso é demonstrado também neste manifesto publicado por um militante do PT em relação a discussão das esquerdas e a homossexualidade:

“Prezadas e prezados. Encaminho logo abaixo um texto que escrevi tentando contribuir para uma reflexão sobre a relação das esquerdas com a questão da homossexualidade, depois do lamentável artigo de João Silvério Trevisan publicado na Revista G Magazine de junho de 2002.[...] Sou militante do Partido dos Trabalhadores desde 1981 e do movimento homossexual desde 1995, e sempre tive muita clareza quanto às dificuldades que os partidos de esquerda e as organizações de trabalhadores, em sua ampla maioria, têm para trabalhar a questão da luta pela afirmação dos direitos dos homossexuais. Abraços, Paulo Mariante”

Portanto, além das dificuldades dos próprios militantes ou partidos de esquerda sobre o tema homossexualidade outras contradições são encontradas, inclusive, dentro das próprias organizações LGBTT, como por exemplo, a discussão em relação as categorias de identidade de gênero.

Em seu artigo intitulado “Identidade Sexual e identidade de gênero: subversões e permanências”, Gabriele dos Anjos(2000, p.01) afirma que ao abordar a problemática de gênero que se apresenta em alguns grupos que defendem a igualdade e a não-discriminação social a primeira vista poderia pressupor-se que o problema de gênero estaria excluído dos mesmos. Porém, ao se examinar mais detidamente as tensões e conflitos em um grupo organizado de homossexuais, é possível demonstrar que, subjacentes aquelas tensões e conflitos, estão diferentes maneiras de conceber a sexualidade e de agir, estabelecidos de acordo com atributos percebidos pelos próprios atores envolvidos como masculinos ou femininos.

Por toda a América Latina, os movimentos feministas forçaram a esquerda a repensar assuntos de gênero e levantaram questões como estupro, violência doméstica e discriminações de gênero.

Nesse sentido, os debates em torno das políticas públicas para os homossexuais e direitos civis vem perpassando os diversos níveis políticos e públicos. De acordo com o autor Luiz Mello:

“[...] as distintas soluções jurídicas vigentes no Brasil e na Espanha para lidar com as demandas sociais relativas aos direitos civis de casais de gays e lésbicas são expressão

concreta do entendimento consagrado no meio acadêmico de que a família é uma instituição social, resultante de um acordo entre distintos atores políticos acerca de quais agrupamentos conjugais e parentais devem contar com a proteção do Estado e a legitimidade da sociedade. Especificamente no Brasil, porém, em face do vazio legal, temos nos deparado com situações contraditórias, em que a dimensão familiar dos vínculos afetivos-sexuais entre gays e entre lésbicas ora é afirmada, ora é negada.(MELLO, 2006, p.01).

Nesse cenário atual, um desafio permanente constitui-se na luta pela igualdade de direitos de grupos historicamente oprimidos, que no caso dos homossexuais, traz um certo número de questões que estão entre as mais importantes das ciências sociais, colocando em xeque os fundamentos da ordem simbólica vigente.

Em proposta impulsionada pelo deputado Jean Wyllys para aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo:

“Os direitos ao casamento e à união estável estão reconhecidos no artigo 226º da Constituição Federal do Brasil: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.  
§ 1º – O casamento é civil e gratuita a celebração.  
§ 2º – O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.  
§ 3º – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.  
(...).Se a proposta de emenda constitucional (PEC) impulsada pelo deputado Jean Wyllys for aprovada, o novo texto do artigo 226º, parágrafos 1, 2 e 3, seria o seguinte: “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.  
§ 1.º O casamento é civil e é gratuita sua celebração. Ele será realizado entre duas pessoas e, em qualquer caso, terá os mesmos requisitos e efeitos sejam os cônjuges do mesmo ou de diferente sexo.  
§ 2.º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.  
§ 3.º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre

duas pessoas, sejam do mesmo ou de diferente sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.<sup>1</sup>

Luiz Mello alerta que na perspectiva foucaultiana “o problema da homossexualidade transforma-se em um problema de amizade”, sendo o projeto político mais contundente a criação de novas formas de existência, para além da reivindicação da igualdade de direitos com os heterossexuais. Reconhecer o casamento como a única forma de legitimar vínculos afetivos e/ou sexuais implicaria uma intolerância conservadora, que nega a legitimidade de outras modalidades de relação não-matrimonializadas. Nesse sentido, o forte engajamento de gays e lésbicas em torno da luta pelo reconhecimento de amparo legal para relações afetivo-sexuais entre homossexuais aponta na direção da domesticação da insubordinação erótica tradicionalmente associada à homossexualidade. Recorrer ao Estado como alternativa de reconhecimento da legitimidade de vínculos homossexuais implicaria a redução do léxico de legitimação social da diversidade erótica, por meio da predefinição de quais indivíduos e grupos poderiam ser incorporados a um sentido de normalidade alargada. (MELLO, 2006, p.09)

Nesse sentido, é cada vez mais necessário a defesa da promoção de ações políticas que combatam a razão indolente, presente no Ocidente nos últimos dois séculos, e que reivindiquem uma proposta alternativa de cidadania e uma ampliação da luta democrática.(COSTA; MACHADO; PRADO, 2008,p.11)

Portanto, para além dos limites que ainda não foram abordados neste trabalho, é necessário ampliar a discussão sobre a participação política no movimento social LGBTT, tendo em vista que mesmo não sendo um campo teórico “novo”, há ainda muitos questionamentos a serem analisados e que merecem ser bem mais explorados.

---

<sup>1</sup> Proposta de Emenda Constitucional (PEC) impulsada pelo deputado Jean Wyllys, site oficial da campanha <http://casamentociviligualitario.com.br/>- texto da PEC

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o movimento social LGBTT e a política deve ser compreendida como um arranjo muito mais complexo do que simples paradoxos entre homofobia, heterossexualidade, esquerda e direita, público e privado.

O que se observa nos últimos anos, é que os homossexuais brasileiros ainda não adentraram a arena dos sujeitos socialmente reconhecidos como cidadãos no âmbito dos direitos conjugais e parentais. Sem a possibilidade de casamento, sem a possibilidade de união civil, sem possibilidade de adoção de crianças como casal, gays e lésbicas reivindicam o reconhecimento do Estado e da sociedade de seus vínculos afetivos-sexuais e de sua própria existência civil. Manter relacionamentos amorosos, algo que nos faz intrinsecamente humanos, ainda é, em termos legais, uma prerrogativa heterocêntrica, marca da injustiça erótica e da opressão sexual que atinge gays e lésbicas no Brasil e na maior parte do planeta.(MELLO, 2006, p.06).

Nessa pesquisa foram investigados os processos de constituição de identidades coletivas e políticas que foram produzidas com o objetivo de enfrentar a condição de inferioridade imposta a GLBT em nossa sociedade. Lutas individuais e coletivas, privadas e públicas, culturais e políticas, simbólicas e estruturais que, apesar de sua insipiente visibilidade e enorme complexidade, têm interpelado a sociedade deflagrando processos transformativos em direção a equivalência dos direitos e a efetivação dos princípios de cidadania para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.(MACHADO, 2008,P.229)

Além disso, entender a participação política na contemporaneidade é um esforço necessário para além de explicações reducionistas, sendo possível estabelecer como uma pauta para futuras pesquisas a compreensão sobre como o fortalecimento de políticas públicas específicas para o segmento GLBT poderia favorecer a conscientização individual ao propiciar um maior reconhecimento na esfera pública para os GLBT'S, bem como maiores possibilidades de negociação com o Estado e a sociedade e de combate a atitudes homofóbicas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

A esquerda e a homossexualidade. Paulo Mariante. Site do Partido dos trabalhadores; Disponível em: [http://www.pt-pr.org.br/pt\\_pag/PAG%202004/MULHER/Texto%20-%20A%20esquerda%20e%20a%20homossexualidade.pdf](http://www.pt-pr.org.br/pt_pag/PAG%202004/MULHER/Texto%20-%20A%20esquerda%20e%20a%20homossexualidade.pdf)

ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 4, dez. 2000 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-4522200000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-4522200000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-4522200000200011>.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção à Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[www.mj.gov.br/sedh/ct/004\\_1\\_3.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/004_1_3.pdf)>.

COSTA, Frederico Alves; MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Participação política e experiência homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, ago. 2008 .Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902008000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000200014&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 dez. 2012.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 301 p.

\_\_\_\_\_.(2008). Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades, e diferenças na cidade de São Paulo. Tese(doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP.: [s.n], 2008.

FRANCA, Isadora Lins. "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 60, fev. 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100006>.

GREEN, J. (2000). Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. (2000b). Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. Entrevista por José Gatti. Revista Estudos feministas, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 149-66.

\_\_\_\_\_. (2003). A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez. 1990

MACHADO, Frederico Viana. MUITO ALÉM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Belo Horizonte, 2007.

MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, set. 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010>.

Oltramari, L. C. (2010). Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 608-611.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) impulsada pelo deputado Jean Wyllys, disponível em: <http://casamentociviligualitario.com.br/texto-do-pec/>.

Programa: PSTU e a homossexualidade. Disponível em : [www.pstu.org.br/cont/pstu\\_homossexualidade.pdf](http://www.pstu.org.br/cont/pstu_homossexualidade.pdf)

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Dec. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004>.

TAVARES, Fernando Horta et al . Apontamentos para o reconhecimento das uniões homossexuais face ao paradigma do estado democrático de direito. **Rev. direito GV**, São Paulo , v. 6, n. 2, Dec. 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322010000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322010000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Dec. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322010000200005>